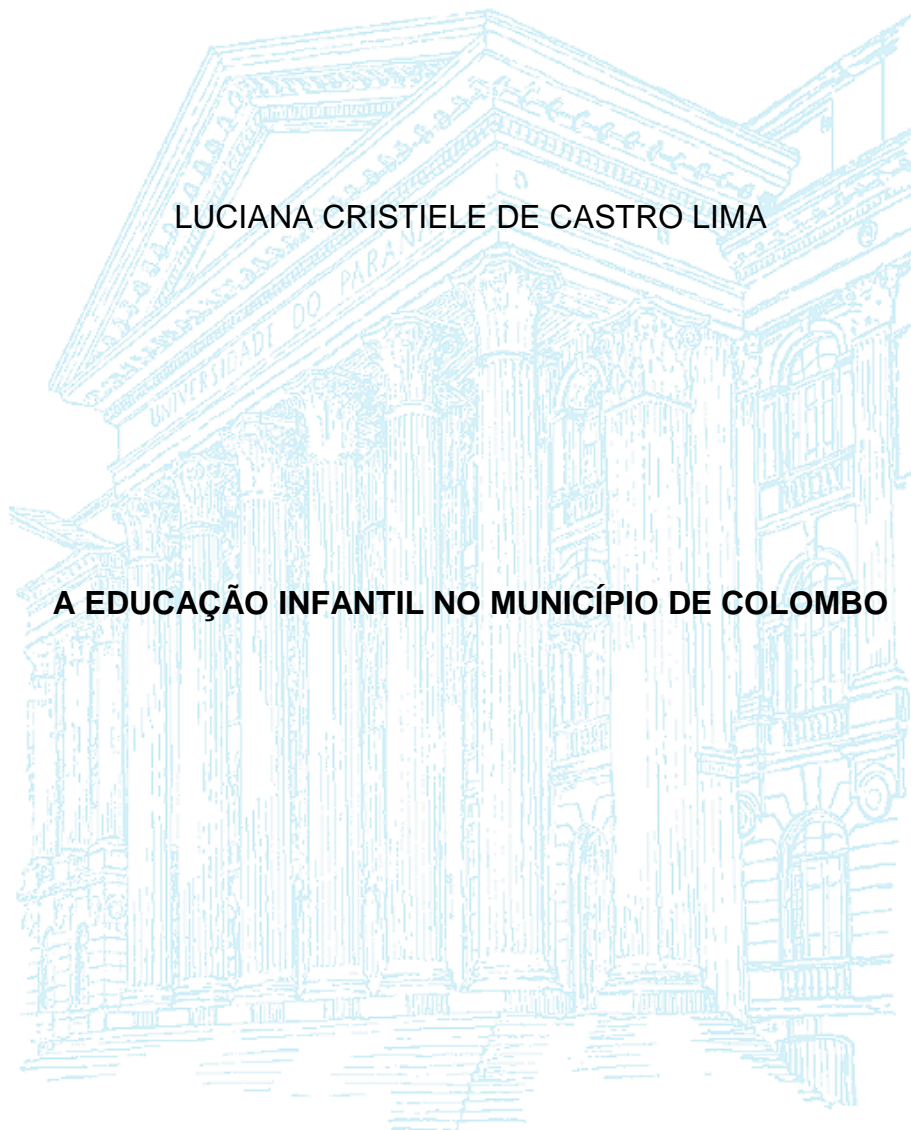


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

LUCIANA CRISTIELE DE CASTRO LIMA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE COLOMBO**



MATINHOS

2015

**LUCIANA CRISTIELE DE CASTRO LIMA**



**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE COLOMBO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Danielle Marafon

MATINHOS

2015



**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.**

Aos treze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática A26 - Educação Infantil os membros da banca examinadora: Danielle Marafon (orientador),

Guisele de Moraes e Maurício Leal Otávio Soares para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Deuciana

Cristiele de Castro Leima, sob o título:

A educação infantil no município de Colombo.

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Danielle Marafon (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.

Danielle Marafon  
Orientador

Guisele de Moraes  
Avaliador 1

Maurício Leal Otávio Soares  
Avaliador 2

Deuciana  
Cursista

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos professores da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral pela organização do curso, assim como pela disponibilidade da formação regionalizada.

Aos meus cursistas que com muito empenho dedicaram-se ao estudo, coleta de dados e discussões que enriqueceram não somente as aulas, mas também minha pesquisa.

Agradeço principalmente à Professora Daniele Marafon, minha orientadora, pela disposição de materiais e por transmitido seus conhecimentos e possibilitado que esse trabalho fosse uma experiência positiva e gratificante.

## RESUMO

O grupo de trabalho GEPDI (Gestão de Processos Diversidade e Inclusão) realizou ações no município de Colombo, destinado aos educadores de diversos departamentos e de todas as etapas de ensino cujo intuito foi pensar a educação infantil no seu contexto, não somente evidenciando a perspectiva da sua importância, mas extrapolando seu foco para o fundamental, ou seja, a oferta. Dado os números populacionais do município a necessidade de espaços físicos de atendimento deveria ser muito além dos apresentados atualmente. Pensar a necessidade de ampliação das vagas significa inferir sobre políticas públicas sobre direito e cuidado, ou seja, onde estão às crianças cujas vagas não são garantidas, apesar dessa estarem asseguradas na legislação. Pensar a educação infantil ou a ausência desta no município de Colombo, região metropolitana de Curitiba evidencia não somente a ausência de políticas públicas, mas principalmente a falta de planejamento. Levando em consideração dados levantados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o crescimento populacional tem crescido em desarmonia com a rede educacional. A relevância desta etapa de ensino é destaca justamente por ser esta a fase inicial, ou seja, a porta de entrada para a vida escola da criança e do futuro adolescente, fase em que muitos aspectos da psicologia definem como bastante importantes para que sejam desenvolvidas características necessárias não apenas para o êxito futuro na continuidade dos estudos, mas para a vida em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação infantil, acesso e desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>8</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>4 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>17</b>

## INTRODUÇÃO

O processo educativo se constitui em uma organização assegurada pela LDB 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que não apenas garante, mas prevê e orienta os princípios normativos e pedagógicos da educação brasileira, ou seja, ela orienta as etapas de ensino, modalidades, responsabilidades e financiamento. A atualização da Legislação através da Lei nº [12.796/2013](#), estabelece a idade de 4 anos para ingresso na educação infantil.

Tomando como base a legislação encontramos a obrigatoriedade de oferta da educação pública em todas as etapas e sua universalização na educação básica.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo oferta obrigatória, no entanto, a matrícula é facultativa, ou seja, o poder público é obrigado a ter vagas, mas a família pode escolher deixar a criança em casa até os 4 anos de idade a partir desta, deve ser matriculada na primeira etapa da educação básica, esta sim de matrícula obrigatória.

Conforme a legislação preconiza a Lei nº [12.796/2013](#) também estabelece que a educação infantil — contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola — será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. A norma já valia para o ensino fundamental e médio. A decisão da família em matricular ou não seus filhos na educação infantil pública, não deve se constituir em um desincumbimento ao ente público. A oferta deve existir e ainda em número adequado visando o atendimento de todos aqueles que desta quiserem ter acesso.

Segundo dados do IBGE, a comparação entre a quantidade de crianças na faixa etária e as vagas ofertadas à educação infantil pelo município de Colombo não tem apresentado uma relação adequada sendo assim, a contingente de crianças que estão fora dos CMEIS e pré-escolas que na ausência de vaga, ficam sob a responsabilidade de pessoas não preparadas para realizar esses cuidados e atendimentos ou ainda, ficam em casa sob os cuidados de irmãos pouco mais velhos.

Entender o direito permite perceber que independente do responsável por cuidar da criança exerça ou não atividade laboral, a preservação do direito ao pelo desenvolvimento da criança em instituição educativa para esse fim sem sombra de dúvidas tem que ser garantido.

## DESENVOLVIMENTO

A educação Infantil se constitui na primeira etapa da educação básica, sendo assim exerce papel fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Nesta perspectiva, não se pode negar a necessidade fundamental da instituição responsável pelo atendimento à criança da educação infantil, visto que trata - se de um local responsável por cuidar da criança, que tem também uma intencionalidade pedagógica.

Essa importância veio se constituindo ao longo da trajetória da história da educação infantil até chegar numa perspectiva de obrigatoriedade, dada sua relevância para o desenvolvimento infantil.

As primeiras instituições responsáveis pelo atendimento a essa faixa etária nasceram com o objetivo de atender as crianças de baixa renda, mas com o intuito apenas do cuidado. Suprir carências alimentares e higiênicas eram os objetivos, para tanto era necessária a supervisão de um adulto, na maioria das vezes um não professor, sendo assim esta primeira instituição não estava vinculada ao caráter pedagógico propriamente dito.

A partir da Revolução Francesa (1789), modificou-se a função do Estado e, com isso a responsabilidade para com a criança e o interesse por esta. Os governos começaram a se preocupar com o bem-estar e com a educação das crianças. (LEVIN, 1997, p.253).

Ao longo da história e do desenvolvimento de estudos e novas concepções a visão acerca das crianças também evoluiu e se modificou adequando-se a questões culturais, econômicas e as próprias mudanças sociais.

Sobre a educação infantil, no Brasil o primeiro decreto que faz menção sobre esta especificidade data de 1947, são estabelecimentos criados junto a fábricas cujo objetivo era oferecer um lugar onde fossem cuidadas como uma extensão de seu lar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 refere-se à educação infantil organizando-a em jardins de infância e escolas maternas destinadas as crianças menores de sete anos de idade e estariam vinculadas as empresas cujas mães tivessem filhos nesta faixa etária.

Na década de 1970 a Lei 5692/71 não diverge muito da anterior, porém promulga um modelo de referência já em uso em São Paulo, este traz alguma organização didática além de critérios para organização de currículo, no entanto, era vista como período preparatório para o ensino primário, pois era esperado que a criança atingisse a prontidão para aprender. Apesar do equívoco da concepção em

relação à educação infantil, já nesta época era observada sua importância sem, contudo se traduzir em obrigatoriedade.

Com relação à Educação Infantil, o parecer do Conselho Estadual de São Paulo 990/72 assinalava que,

As instituições de educação pré-escolar no sistema escolar brasileiro assumem as formas maternais e jardins de infância. Escolas maternais têm sido instaladas para atender classes menos favorecidas, visando principalmente a preservação do desenvolvimento orgânico. (DROUET, 1997, P.59).

Contudo, o parecer não especificava a faixa etária das escolas maternais na prática os jardins de infância se vinculavam estreitamente ao ensino primário, ou seja, poderia ser compreendido como um período preparatório de desenvolvimento de prontidão para a fase subsequente.

No entanto, elaboração deste parecer, promoveu grande efusão de ideias e documentos sobre a educação pré-escolar.

Houve um grande interesse em conceituar o que seria essa educação, quais suas finalidades, os seus objetivos, qual a melhor forma de subvencioná-la no âmbito oficial; foram emitidos, também diversos pareceres autorizando o funcionamento de cursos de preparação de professores para pré-escola a nível de ensino particular.(DROUET,1997, p.61).

Ainda Drouet, ressalta que a problemática da educação pré-escolar, nos diversos sistemas de ensino foi assunto de uma indicação emitida em 1974 pelo Conselho Federal de Educação sobre o assunto. "No Brasil está o governo empenhado em estender a Educação Básica a todos os cidadãos, não desconhecendo, entretanto, a importância da educação pré-escolar na formação do homem brasileiro" (SILVA apud, DROUET, 1997, p. 62)

Nesta época, a conselheira do Conselho Federal de Educação, Eurides Brito da Silva, destaca o grande número de instituições nacionais que realizam estudos e pesquisas no campo pré-escolar fazendo com que se amplie o número de trabalhos em favor desse campo, tanto no âmbito pedagógico como no de saúde, nutrição e pesquisa. Entretanto, considera que o país necessita de maior empenho e amplitude no tratamento do problema, pois as estatísticas oficiais, datadas de 1972, revelam que as matrículas em classes de ensino pré-escolar atingiam apenas 3,2% da população brasileira dos dois aos seis anos de idade.

A partir da construção de diferentes pesquisas e criação de um arcabouço que serviu para que começasse a delinear o entendimento sobre a criança, como um ser em desenvolvimento e que necessita para tanto de atendimento diferenciado

e ambientes de aprendizagem voltados especificamente às suas demandas, com isso se fez necessário um repensar sobre os moldes dessa instituição.

Ao estabelecermos alguns desses caminhos pelos quais a educação infantil passou até chegar ao modelo atual ficam evidenciados que a concepção de criança e de infância também se modificou a partir das pesquisas.

Esse retrospecto de como se constituiu a educação infantil no Brasil e quais os entraves que ainda dificultam sua universalização, promove a reflexão de que se por um lado as concepções acerca das necessidades das crianças evoluíram assim como a menção que garante o direito, por outro ainda é vivenciado um agravante muito grande pela sociedade, no que tange o acesso. Ou seja, as concepções entendem a importância e sua necessidade, criam o direito, mas não promovem o acesso.

Os estudos acerca de desenvolvimento infantil, realizados por Jean Piaget, Vygotsky e tantos outros ajudaram a construção de identidade da criança da educação infantil e suas necessidades.

Sendo assim, uma instituição voltada apenas aos cuidados básicos, não atendem mais a amplitude que cerca todo o desenvolvimento global e dinâmico das crianças. As mudanças nas concepções e formatos das instituições se fez principalmente pela própria concepção de infância, ou seja, a criança não é vista, mas sob uma perspectiva pacífica, mas como protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem. Contudo, não se pode afirmar que o processo de repensar a dinâmica da pré-escola, CMEI e outros já estejam consolidados, nem tampouco que haja uma universalização deste atendimento, mas significa pensar no modelo que não é mais aceito e criar mecanismos em que seja primeiro, garantida a matrícula e segundo, mas não menos importante, que haja qualidade neste atendimento.

Em pesquisa realizada pelo grupo de estudos GEPDI (Gestão de Processos, Diversidade e Inclusão) tendo como fonte de pesquisa o município de Colombo, parte integrante da região metropolitana de Curitiba. Colombo completou no ano de 2015, 125 anos de sua emancipação política, contudo ainda não conseguiu a universalização quanto ao acesso à educação infantil.

Colombo em sua criação teve como fundadores povos oriundos da Itália que se instalaram na região se dedicando principalmente a agricultura e a pequenos comércios, visto que era uma região que de passagem aos viajantes com destino a Curitiba. No entanto, a partir dos anos 1990, o município recebeu grande contingente populacional, vindos do interior do Paraná e de outras regiões do Brasil estimulados por uma possibilidade de uma vida mais tranquila e garantia de emprego e conseqüentemente melhores salários.

Esse inchaço populacional, atrelado a ausência de políticas públicas só fez com que fossem agravados os problemas educacionais assim como de habitação entre outros.

Atualmente a população do município de Colombo está estimada em 230 mil pessoas, sendo que cerca de 10% desta encontra-se em idade escolar compatível com a educação infantil.

A ausência de políticas públicas que minimizem a problemática acerca da educação infantil atrelada a falta de planejamento tem ocasionado uma distorção bastante grande entre o contingente populacional e a oferta de vagas.

Dados apresentados pelo IBGE (2010) já revelavam que às 20.511 crianças que residiam no município apenas 8.285 estavam matriculadas na educação infantil, sendo que destas 4.720 na pré-escola onde o atendimento é feito prioritariamente nas escolas regulares.

A Lei 1279613 estabelece em seu artigo 4º I que a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, contudo a universalização das vagas para a educação infantil estão longe de atingir o contingente de crianças que necessitam deste atendimento.

Todo o déficit de vagas, nas instituições públicas tem sido suprida, pelo crescimento cada vez maior da via particular que realizam esse atendimento aos que podem arcar com esse custo. Desta forma, as crianças das classes mais empobrecidas ficam a margem do acesso, e conseqüentemente de seu desenvolvimento. Com isso seus responsáveis precisam tomar uma decisão entre prover sustento ou cuidá-las. Independente da condição financeira da família é direito da criança estar na instituição de atendimento à educação infantil pública.

Apesar da urgência na demanda, as iniciativas por mudanças ainda são tímidas e partiram da vinculação do município de Colombo aos programas e políticas de incentivo do governo federal, desta forma Colombo vem aumentando a oferta de vagas através da construção de seis novas unidades, duas que iniciaram atendimento no ano letivo de 2014 outras quatro ainda em fase de construção, mas com entrega prevista para 2015.

Estando o foco do trabalho voltado principalmente ao município de Colombo, observou-se que muitas das comunidades e bairros do município, principalmente de onde advinham os cursistas, não apresentam uma relação adequada entre a quantidade de instituições e conseqüentemente de vagas para o contingente populacional desta faixa etária que compreende a educação Infantil, conforme coleta de dados do IBGE (2010) e análise do entorno.

Ao submeter o confronto de dados do IBGE com a realidade vivenciada pode-se observar que o único bairro onde demonstrava ter uma relação adequada entre a

quantidade de crianças e de instituições de educação infantil públicas foi no bairro Bacacheri (Curitiba), por se tratar este de um bairro de classe média alta. A cursista que reside no bairro em referência observou ainda que grande parte das crianças que frequentam essas instituições são oriundas de outros bairros, algumas inclusive do município de Colombo, ou seja, as crianças que moram nesta localidade frequentam instituições privadas, dado o poder aquisitivo de suas famílias. Estas vagas ociosas são supridas por famílias, que não conseguem vagas, próximas de suas residências tendo que cotidianamente fazer o deslocamento até essas instituições no bairro Bacacheri.

Como foi observado esse dado constitui fato isolado, como a grande maioria dos cursistas reside em Colombo, município da região metropolitana de Curitiba, observou-se que quanto mais afastado do centro comercial ou da sede do município havia uma tendência muito maior de desequilíbrio na relação candidatos-vaga. Sendo a região do bairro Monte Castelo a que apresenta maior distorção, segundo relatos há na região muitas casas que acolhem crianças permanecendo com esses durante todo o dia, sem qualquer condição para que essas pudessem estar ali, mas que essa representa a única alternativa para que a mãe trabalhadora que necessita deixar o filho sob os cuidados de alguém a um baixo custo, mesmo que não ofereça as condições mínimas necessárias.

Com isso, observa-se a mesma falta de organização e intencionalidade das primeiras instituições, estas ainda com mais agravantes, pois funcionam na clandestinidade oferecendo risco a saúde e a vida das crianças que ali permanecem.

A adesão do município de Colombo aos programas PROINFÂNCIA<sup>1</sup> e Brasil Carinhoso<sup>2</sup> tem sido a iniciativa mais contundente para buscar minimizar o problema em relação às vagas, visto que a solução definitiva do problema está longe de ser alcançada.

Toda dificuldade em estabelecer e fazer o cumprir a legislação de incumbência dos entes federativos em relação às responsabilidades com a

---

<sup>1</sup> Presta assistência técnica e transfere recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal, para construir creches e adquirir equipamentos e mobiliários para a educação infantil.

<sup>2</sup> Oferece assistência as famílias das crianças de 0 a 6 anos, através da ampliação de vagas em creches. Visa também melhorar os serviços de saúde às crianças inclusive com a distribuição de suplementos nutricionais.

educação e mais especificamente neste, com a Educação Infantil, não pode diminuir a preocupação sobre a importância desta para o desenvolvimento da criança.

Não é possível, contudo quantificar todos os prejuízos que as crianças que não tem atendimento e que estão à mercê de maus tratos, violências e privações podem ocasionar não somente para a vida pedagógica, mas para todo o desenvolvimento psicossocial, mesmo em casos em que a criança que não tem acesso permaneça sobre os cuidados de um adulto responsável ainda que timidamente as diferenças que podem ser percebidas sejam nas relações de sociabilidades e de aprendizagens das mais diversas esferas e natureza. Contudo não se pode pensar o desenvolvimento como fechado estanque e unilateral visto que muitos são os vieses que compõem o desenvolvimento humano na sua amplitude.

Apesar de não ser objetivo neste documento, há que se considerar que aqueles que sofrem privação de qualquer natureza, atrelados ainda a outros fatores podem se revelar em perdas significativas. Portanto, refletir sobre esses, identificando características e saberes que poderiam ter sido trabalhados e desenvolvidos que poderiam no mínimo reduzir tantos problemas vivenciados pelas crianças e que refletem muitas vezes tão violentamente nos adolescentes que não consegue se adaptar aos mecanismos de aprendizagem utilizados pela escola e que em muitos momentos nem conseguem ter um comportamento socialmente adequado.

De acordo com TANI (1988), o ser humano apresenta formas de pensar qualitativamente diferentes ao longo da vida o que se costuma denominar de desenvolvimento cognitivo. No entanto, ao se falar em cognição temos evidenciar que desde o nascimento o ser humano encontra-se em interação não somente com o ambiente, mas com pessoas e conseqüentemente todos esses estímulos e informações acabam por criar um arcabouço de informações e abstrações constituindo-se em redes de pensamentos e construções de raciocínio, ou seja, constitui-se na criação dos processos cognitivos.

Desta forma qual teria sido então o papel da educação infantil, na vida destas crianças, vimos que mesmo hoje um grande contingente de crianças não estão inseridas, no sistema de ensino, mesmo tendo direito, sendo assim não estão tendo a possibilidade de estímulo e desenvolvimento cognitivo favorecendo a criação dos processos cognitivos.

Os alunos que não tem acesso à educação infantil e cujas famílias não podem pagar por esse atendimento acabam por conhecer o ambiente escolar tão somente quando adentrou a escola na 1ª série, hoje 1º ano. Durante o tempo que permanecem fora da escola, muitas destas crianças, hoje adolescentes, eram

cuidados por irmãos maiores e por algum parente outras ainda relataram ficar sozinhas, além da privação do direito cabe-nos ressaltar que muitas destas ainda estavam expostas a violência e drogadição.

O ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente) reitera o direito de todos quanto ao acesso à educação de qualidade, mas nem assim, com toda a legislação a prática se efetiva de fato.

Para atender esse direito foram criados os CMEIS, no entanto sempre em deficiência quanto ao número adequado em relação às crianças na faixa etária condizente com a etapa.

Todos esses agravantes só fazem ressaltar que o sucesso da educação como um todo depende do sucesso em cada uma das etapas, sendo que a resolução do problema começa na possibilidade do acesso e da permanência destas crianças na instituição que posso promover seu desenvolvimento e que tenha um compromisso com a sociedade em que está inserida.

Nesta perspectiva, observa-se que Jean Piaget já destacava em seus estudos a importância das interações adequadas feitas pelo ser humano com o meio ao qual está inserido para o desenvolvimento das interpretações de estímulos ambientais e conseqüentemente, para a aquisição de aprendizagens.

Vygotsky (1984 p) destaca a observação feita com relação a capacidade de crianças com mesmo nível de desenvolvimento mental variava enormemente para aprender sob a orientação de um professor, pois o contato com uma pessoa mais experiente, em situações planejadas favorecem grandemente a ativação de esquemas processuais cognitivos e comportamentais.

Portanto, a instituição de Educação Infantil constitui-se em uma fase em que a criança entra em contato com o meio físico, social e por meio do professor terá seu potencial estimulado tanto nas questões afetivas, emocionais, motoras e cognitivas.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, eu acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL,1998, vol. 1,p.23).

As Instituições de Educação Infantil devem se revelar no espaço de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, espaço de ação planejada onde seja oportunizada a vivência e a expressão de diferentes papéis, além da descoberta e do aguçamento a curiosidade.

Portanto, de acordo com LIMA (2002, p.6), “a experiência escolar insere-se em um processo contínuo de desenvolvimento do sujeito que se iniciou antes da sua entrada na instituição”. Desta forma percebe-se uma integração da escola ao meio

onde está inserida e através deste deve buscar formas de aproveitar e integrar toda essa bagagem familiar de vivências expandindo-as.

Todas as experiências vividas na escola ganharão significado quando articuladas com processo global de desenvolvimento do indivíduo e não quando concebidas como um aglomerado de experiências independentes, vividas exclusivamente na escola, pois ela não é um espaço independente de socialização e aprendizagem, mas um espaço que vem se somar aos outros nos quais o ser humano transita. (LIMA, 2002, p.6).

Não há como negar a relevância das experiências anteriores e paralelas vividas pela criança, no entanto é através da instituição organizada e com especificidades definidas que o desenvolvimento cognitivo se dará e poder-se-á dar significância as experiências vivenciadas fora deste âmbito.

Contudo, dada a relevância da educação para a sociedade, é que se faz urgente, e cada vez mais necessário, uma preocupação constante para que a escola como um direito possa ser de fato vivenciado, e isto só será possível, quando forem pensadas e efetivadas ações preventivas, que venham ao encontro desta necessidade.

## **Considerações Finais**

O papel da criança em nossa sociedade tem sofrido algumas mudanças inclusive a respeito do atendimento a estas dispensados, muito deste se deu através do reconhecimento da educação infantil como parte da educação básica através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/1996, que prevendo o desenvolvimento integral da criança evidencia a possibilidade de proposta que venha ao encontro de suas necessidades, no entanto nenhuma perspectiva de escolarização, nenhum trabalho pedagógico poderá ser feito se esta não tiver a garantia de acesso a instituição pública de atendimento a educação infantil, o que garante a Lei1279613.

A necessidade de repensar as políticas públicas já existentes, atrelado a necessidade urgente de expansão torna a educação infantil promotora de um novo debate a respeito das responsabilidades que toda sociedade tem sobre as crianças.

Sendo assim a prática da educação infantil deve contemplar em primícias o direito atrelado as necessidades e peculiaridades de seu desenvolvimento.

Particularmente o município de Colombo ainda não conseguiu cumprir o que preconiza a legislação uma vez que, muitas crianças ainda não tem acesso à educação infantil.

O estabelecimento de convênios para construção de novas unidades poderia representar um alento, no entanto, mesmo assim as vagas não crescem na mesma proporção que a população.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 12796/13

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9394/1996

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**, 1998

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 5692/1971

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Fundamentos da Educação pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1997.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. **Lei Federal 8096/90 de 13 de julho de 1990**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Síntese de Indicadores. 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados/setorcensitario/pr/colombo/faixaetaria/pressoasde0a4anos>. Acesso em: 23 de agosto de 2014.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Elvira Souza. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola**. São Paulo: Sobradinho, 2002.

TANI, Go; (et al). **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1988.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.